



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005682-62.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **ALESSANDRA PORTES FORMENTÃO RODRIGUES**
Requerido: **GARCIA & GOMES CENTRO AUTOMOTIVO LTDA. ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter contratado a realização de serviços junto à ré concernentes à mecânica da suspensão de automóvel de sua propriedade.

Alegou ainda que dois dias depois de concluídos os serviços a roda do veículo caiu porque eles foram mal efetuados, de sorte que almeja ao ressarcimento dos danos morais daí oriundos.

A ré em contestação reconheceu ter levado a cabo os serviços noticiados pela autora, o que de resto está patenteado a fls. 02/03.

Ademais, é incontroverso que poucos dias depois a roda do veículo caiu (fls. 25/32), o que à evidência milita em desfavor da ré na medida em que isso teve ligação com o trabalho implementado.

Assentadas essas premissas, observo que a ré na peça de resistência salientou que percebeu quando iniciou seus serviços que dois parafusos da roda estavam espanados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Acrescentou que alertou tal fato à autora, inclusive com a advertência de que se não reparado o problema a roda poderia cair, mas ela mesmo assim não tomou nenhuma medida porque não reunia condições financeiras para tanto.

Tocava bem por isso à ré, na esteira do que dispõe o art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, comprovar o que asseverou, mas ela não amealhou um só indício a propósito e tampouco manifestou interesse no aprofundamento da dilação probatória (fls. 42 e 49).

Não se desincumbiu, portanto, do ônus que pesava sobre ela, de sorte que o acolhimento da pretensão deduzida transparece de rigor.

Isso porque de um lado ficou demonstrado o conserto feito pela ré e o problema que pouco depois sucedeu precisamente em função disso, bem como, de outro, que a justificativa dada pela ré não foi respaldada por um só dado de convicção.

É o que basta para que ela repare os danos suportados pela autora em decorrência do que se deu após o reparo que efetivou, até porque os valores postulados são consentâneos com a situação posta, estão lastreados em prova documental e não foram impugnados específica e concretamente como seria de rigor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 1.540,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
P.R.I.

São Carlos, 22 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**